



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Geral de Gestão nº. 9000249-25.2015.8.26.0500
Prefeitura Municipal de Monte Mor

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que na data de hoje me reuni com o Sr. Thiago Giatti Assis, Prefeito, o Sr. Victor Franchi, Advogado, e a Sra. Ana Clara Camargo, Diretora, todos representando a **Prefeitura Municipal de Monte Mor**, ocasião em que foi conversado sobre a situação dos pagamentos dos precatórios devidos pela Municipalidade.

Pela Prefeitura foi solicitado que o valor apurado como insuficiência do exercício de 2018, incluindo o já bloqueado e aquele na iminência de ser retido seja computado para quitação da insuficiência relativa a 2018, e que com relação ao exercício de 2019 seja concedido ao Município um prazo de 90 (noventa) dias, sem novos depósitos mensais, para apresentação de Plano de Pagamento que envolva este exercício e informe a situação dos valores objeto de anteriores acordos e que, questionados junto ao Juízo da Execução, serão objetos de novos precatórios.

Esclarece a Municipalidade que a reunião de toda a dívida no regime especial é fundamental para a saúde financeira do Município.

Requer, ainda, o Município que os valores sejam distribuídos nas contas I e II, e que, concretizadas as retenções já determinadas, que sejam levantadas as sanções impostas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Foi deferido o prazo acima requerido, bem como os depósitos nas contas I e II.

Com a notícia da satisfação das retenções, venham conclusos, com urgência, para levantamento das sanções.

São Paulo, 16 de maio de 2019.

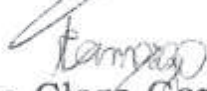

ALIENDE RIBEIRO

Desembargador Coordenador da
Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos
DEPRE

Ciente em 16/05/2019


Thiago Glatti Assis

Ciente em 16/05/2019


Ana Clara Camargo

Ciente em 16/05/2019


Victor Franchi